



RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão da
Secretaria de Estado de Governo (Segov)

— 30/11/2020 —

I – Apresentação

No dia 30/11/2020, as Comissões de Participação Popular, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Redação receberam Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao ano de 2020, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II – Presenças

- **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária:** Dep. Hely Tarquínio (presidente), Dep. Virgílio Guimarães (vice-presidente), Dep. João Magalhães (substituindo Dep. Glaycon Franco), Dep. Sargento Rodrigues (substituindo Dep. Bráulio Braz) Dep. Zé Reis (substituindo Dep. Fernando Pacheco).
- **Comissão de Administração Pública:** Dep. João Magalhães (presidente), Dep. Beatriz Cerqueira, Dep. Leonídio Bouças, Dep. Raul Belém, Dep. Sargento Rodrigues.
- **Comissão de Constituição e Justiça:** Dep. Dalmo Ribeiro Silva (presidente), Dep. Zé Reis (vice-presidente), Dep. Ana Paula Siqueira, Dep. Bruno Engler, Dep. Celise Laviola, Dep. Guilherme da Cunha, Dep. Andréia de Jesus (substituindo Dep. Ana Paula Siqueira), Dep. Sargento Rodrigues (substituindo Dep. Bruno Engler).
- **Comissão de Redação:** Dep. Duarte Bechir (presidente), Dep. Dalmo Ribeiro Silva, Dep. Ulysses Gomes, Dep. Sargento Rodrigues (substituindo Dep. Doorgal Andrada), Dep. Zé Reis (substituindo Dep. Sávio Souza Cruz).
- **Comissão de Participação Popular:** Dep. Doutor Jean Freire (presidente), Dep. André Quintão, Dep. Gustavo Valadares, Dep. Andréia de Jesus (substituindo Dep. André Quintão), Dep. Leonídio Bouças (substituindo Dep. Sávio Souza Cruz), Dep. Sargento Rodrigues (substituindo Dep. Cássio Soares).
- **Outras presenças:** Dep. Antônio Carlos Arantes, Dep. Carlos Pimenta, Dep. Gil Pereira, Dep. Gustavo Santana e Dep. Mauro Tramonte.

III – Discussões

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, as discussões foram conduzidas no intuito de se obterem informações sobre a gestão da secretaria em 2020, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para a mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento para a retomada das atividades rotineiras. Outros temas abordados foram:

- flexibilização do isolamento social – Programa Minas Consciente;
- continuidade do Bolsa Merenda e do Renda Minas em 2021;
- cumprimento dos mínimos constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços de saúde e amparo e fomento à pesquisa;
- execução das emendas ao orçamento oriundas do processo de participação popular;
- pagamento do 13º salário ao funcionalismo público de Minas Gerais;
- acordo celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Municípios – AMM;
- marco regulatório para as *startups* em Minas Gerais;
- programa Alô, Minas!;
- rodovias estaduais;
- senha de acesso da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – para acompanhamento dos monitorados por tornozeleira eletrônica;
- convocação dos aprovados excedentes em concursos vigentes na área de segurança pública;
- relações federativas entre o Estado de Minas Gerais e a União;
- atuação do governo na região Leste do Estado;
- fortalecimento do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene;
- relação entre o governo e as representações sindicais dos servidores públicos;
- relação entre o governo e as comunidades;
- Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig;
- soluções para a crise fiscal do Estado de Minas Gerais;
- Lago de Furnas – PEC nº 52/2020
- cessão de direitos creditórios referentes à exploração do nióbio;
- atração de novos investimentos para Minas Gerais;
- participação do Estado nas discussões nacionais sobre a reforma tributária;
- exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha.

Apresentação do secretário

1) Ações de combate à pandemia desenvolvidas pelo governo do Estado

O secretário iniciou sua exposição destacando o fato de que, em 13 de março de 2020 – quando o governador solicitou à Assembleia o reconhecimento do estado de calamidade pública em decorrência da

pandemia no Estado –, o cenário era de risco de colapso do sistema de saúde, necessidade de oferta de equipamentos de proteção individual, número insuficiente de respiradores e de leitos hospitalares. Nesse sentido, ressaltou que nenhum sistema de saúde no mundo estava preparado, à época, para o enfrentamento de uma epidemia de tamanha magnitude.

Diante disso, o primeiro ato do governador foi a edição do decreto de calamidade pública, prontamente reconhecido pela Assembleia por meio de resolução. Na sequência, foram aprovadas três leis muito importantes para respaldar o enfrentamento da crise por parte do Poder Executivo, a saber: **a)** Lei nº 23.630/2020, que estabelece medidas a serem adotadas no âmbito das políticas públicas de recursos humanos durante o estado de calamidade pública; **b)** Lei nº 23.631/2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, e; **c)** Lei 23.632/2020, que cria o Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias que especifica e dá outras providências.

Ainda a propósito da Lei nº 23.632/2020, o gestor ressaltou que a norma permitiu, em trabalho conjunto realizado entre o Poder Executivo e a Assembleia, o remanejamento e a indicação de emendas parlamentares para ações de enfrentamento da pandemia, o que resultou na aplicação de R\$180 milhões adicionais no combate à Covid-19.

Na sequência, o secretário destacou as seguintes ações desenvolvidas pelo governo com esse objetivo:

- a)** Aquisição de 1.047 (mil e quarenta e sete) ventiladores pulmonares a um preço unitário médio de R\$39.786,42 (trinta e nove mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), totalizando um investimento de R\$51.272.776,86 (cinquenta e um milhões duzentos e setenta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Segundo o gestor, esses foram os menores preços pagos pelo produto no Brasil.
- b)** Implantação do hospital de campanha, cujo custeio foi realizado tanto a partir de doação privada no montante de R\$3,6 milhões (três milhões e seiscentos mil reais) quanto por meio da alocação de recursos estaduais da fonte 95, os quais totalizaram R\$3,35 milhões (três milhões trezentos e cinquenta mil reais), dos quais foram destinados R\$1,83 milhão (um milhão oitocentos e trinta mil reais) para aquisição de materiais, insumos e equipamentos e R\$1,52 milhão (um milhão quinhentos e vinte mil reais) para serviços.

No tocante ao hospital de campanha, a autoridade destacou que seu objetivo principal foi garantir uma reserva de leitos a ser utilizada em caso de sobrecarga da rede estadual, mas que, em virtude dos esforços realizados em parceria com a União e com a Assembleia, a capacidade de atendimento dessa rede foi quase dobrada e se mostrou suficiente para atender à demanda decorrente da pandemia. Por isso, não houve necessidade de se utilizar o hospital de campanha, que foi, então, parcialmente desmobilizado em outubro, quando os dados sobre a Covid-19 indicavam amenização da crise.

Quanto à destinação de materiais, insumos e equipamentos do hospital de campanha, o gestor informou que tudo foi repassado à rede hospitalar do Estado de Minas Gerais para utilização no combate à pandemia, o que resultou em aumento de 77% nos leitos de UTI e 15% nos leitos de enfermaria.

Na continuidade, o secretário apresentou as seguintes medidas adicionais adotadas para enfrentamento da Covid-19: **a)** Criação de sala de situação na Secretaria de Estado de Saúde (SES) para subsidiar a tomada de decisões, com foco político, estratégico, tático e técnico; **b)** Divulgação semanal e diária de boletins, que obteve 100 pontos no Índice Nacional de Transparência da Covid-19, e; **c)** Elaboração de protocolos clínicos de atendimento, visando uma atuação efetiva do Estado no controle da pandemia.

O secretário resumizou, então, os valores aplicados no combate à pandemia, que totalizaram R\$2.237.386.859,02 (dois bilhões duzentos e trinta e sete milhões trezentos e oitenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos), dos quais R\$1.987.641.963,75 (um bilhão novecentos e oitenta e sete milhões seiscentos e quarenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) provenientes de recursos do governo estadual e R\$248.408.586,51 (duzentos e quarenta e oito milhões quatrocentos e oito mil quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), oriundos do governo federal.

Já no que se refere ao Programa Renda Minas – cujo objetivo é fornecer, durante a pandemia, auxílio emergencial para famílias em situação de extrema pobreza –, a autoridade informou que, até aquele momento, haviam sido transferidos R\$325 milhões (trezentos e vinte e cinco milhões) para 2.782.594 (dois milhões setecentos e oitenta e dois mil quinhentos e noventa e quatro) beneficiários, de modo a atender mais de 984 mil famílias em Minas Gerais.

Em seguida, o secretário destacou as seguintes ações realizadas no âmbito da política pública de educação durante a pandemia: **a)** Transferência de R\$ 91 milhões no âmbito do Bolsa Merenda; **b)** Criação do regime especial de atividades não-presenciais (Reanp); **c)** Criação do plano de estudo tutorado (PET); **d)** Transmissão diária de aulas pela Rede Minas e pela TV Assembleia; **e)** Criação da plataforma Conexão Escola

para acesso ao conteúdo digital de ensino, com acesso à internet custeado pelo governo; **f)** Oferta de curso preparatório *on-line* para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, e; **g)** Repasse de R\$ 123 milhões aos caixas escolares.

Adiante, o gestor ressaltou que cada vida perdida em decorrência da Covid-19 deve ser lamentada e se solidarizou pelos mais de 10 mil mortos pela pandemia no Estado. Acrescentou que, mesmo diante desse cenário, traz alento o fato de que Minas Gerais apresentava, naquele momento, o menor coeficiente de mortalidade por Covid-19 entre as unidades federadas, correspondente a 46,2 mortes a cada grupo de 100 mil habitantes. Reconheceu, ainda, que esse resultado foi alcançado a partir da união de esforços entre todos os mineiros e destacou a importância da cooperação entre os poderes e órgãos do Estado, que resultou em uma reação contundente e proativa diante da pandemia.

Por fim, o secretário destacou a importância do Programa Minas Consciente, que visa retomar a economia do jeito certo de modo a levar a sociedade mineira, gradualmente, à normalidade com segurança. Nesse sentido, asseverou que o programa segue uma estratégia fundamentada em três pilares, quais sejam: **a)** Retomada da atividade econômica em ondas, de forma gradual e segura; **b)** Tomada de decisões a partir de indicadores que avaliem a capacidade assistencial e a incidência da doença, e; **c)** Definição de critérios de funcionamento e protocolos sanitários para poder público, empresas, trabalhadores e cidadãos, de forma a garantir o distanciamento social e os cuidados necessários para se evitar a transmissão da doença.

1) Resultados de governo

Na seção seguinte de sua exposição, o secretário apresentou e discutiu os seguintes resultados de governo:

- a) Acordo com a AMM** – Além das parcelas já quitadas em 2019, o Estado iniciou, em 2020, o pagamento dos repasses referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb. Segundo o gestor, o Estado tem quitado mensalmente, desde então, todos os repasses, conforme previsto no acordo.
- b) Índice de criminalidade violenta** – Minas Gerais registrou em 2020 um dos menores índices de criminalidade violenta dos últimos nove anos, considerando-se o número de Registros de Eventos de Defesa Social – REDS. De acordo com o secretário, por esse critério, o número de crimes violentos no ano foi 41,3% menor que o apurado em 2012.
- c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)** – De acordo com a autoridade, a nota mais recente de Minas Gerais no Ideb para o ensino médio foi a maior da história. Segundo ele, após três

edições seguidas de queda, Minas Gerais inverteu a tendência e também apresentou os melhores indicadores já alcançados em fluxo e proficiência.

- d) **Serviços Digitais** – Minas Gerais obteve, em 2020, o 1º lugar nacional no *ranking* de oferta de serviços digitais. Nessa área, o Programa Minas Atende propiciou o cadastro e a realização, de forma totalmente digital, de 350 serviços públicos, bem como a simplificação de outros 64.
- e) **Geração de empregos** – Em novembro de 2020, segundo o secretário, Minas Gerais registrou a geração de 42.124 (quarenta e dois mil cento e vinte e quatro) postos de trabalho, e o Estado ocupa hoje o segundo lugar no ranking de melhores saldos de emprego. Além disso, em 2019 e 2020, foram atraídos para a economia estadual R\$83,37 bilhões (oitenta e três bilhões trezentos e setenta milhões) em investimentos.

1) Resultados da Segov

Na seção final de sua exposição, o secretário apresentou e discutiu os seguintes resultados da pasta:

- a) **Execução de emendas parlamentares impositivas** – No ano de 2020, até o momento, foram executados R\$451,3 milhões (quatrocentos e cinquenta e um milhões e trezentos mil reais) em emendas parlamentares impositivas, correspondentes a 82% do saldo. Tal medida beneficiou 829 dos 853 municípios mineiros. Desse montante, 61% foram aplicados na área da saúde. Até o final do ano, segundo o gestor, a previsão é que o valor executado alcance R\$590 milhões (quinhentos e noventa milhões de reais) e beneficie a totalidade dos municípios mineiros.
- b) **Performance de requerimentos** – No ano de 2020, segundo informou o secretário, obteve-se um recorde histórico na performance de atendimento a requerimentos de parlamentares. Foram respondidas 1.225 demandas, o que representa evolução de 341% em relação a 2019. Nesse contexto, destacou que a Segov conta hoje com equipe dedicada exclusivamente a responder requerimentos.
- c) **Sistema de Acompanhamento de Projetos e Proposições de Lei (Siaple)** – Com vistas a adequar o processo de resposta a requerimentos ao disposto na Deliberação da Mesa nº 2.738/2020, desenvolveu-se o Siaple, sistema que possibilitou a realização dessa atividade em um ambiente mais leve, rápido e eficiente.
- d) **Reforma da previdência** – A aprovação da reforma da previdência, a partir do diálogo entre Legislativo e Executivo, trouxe para o Estado, de acordo com o gestor, maior sustentabilidade no sistema previdenciário e contribuiu para a liberação de mais recursos para as políticas públicas.

Nessa toada, além de facultar uma economia anual de R\$2,2 bilhões e contribuir, assim, para um maior equilíbrio fiscal, a reforma permitiu a implantação de alíquotas progressivas que variam de 11 a 16%, sendo que 88,7% dos servidores contribuirão abaixo do patamar de 14%.

- e) **Proposições legislativas em tramitação** – Por fim, o gestor ressaltou a existência de diversas proposições legislativas de autoria do Poder Executivo ora em tramitação na Assembleia, com destaque para os Projetos de Lei nºs 876 e 1.203, ambos de 2019, bem como para os nºs 1.016, 2.150, 2.201, 2.202, 2.252, 2.273, 2.274, 2.275 e 2.276, todos de 2020.

Debates após a apresentação, por tema

1) Ações para enfrentamento da pandemia de Covid-19

Questionado sobre a necessidade de garantir a adequada logística para uma futura vacinação em massa, o gestor afirmou que o governo, de forma proativa, está tomando precauções, dentre as quais a aquisição de 50 milhões de seringas e agulhas, além de câmaras refrigeradas. Reforçou, entretanto, que, quando uma vacina se tornar disponível, haverá competição mundial por sua aquisição. Garantiu, por fim, que o plano de contingência do governo prevê, apesar disso, que a vacina seja assegurada para todos os mineiros.

Demandado em relação à renovação de contratos emergenciais firmados no âmbito do Hospital Universitário de Montes Claros com vistas ao combate à Covid-19, cuja validade expiraria em dezembro, a autoridade respondeu que, em referência a contratos temporários de pessoal, há projeto de lei em tramitação sobre o assunto, ao passo que quanto a outros contratos, a ordem do governo é não deixar nenhum cidadão desassistido e que, conforme necessário, serão tomadas as providências para sua renovação.

2) Flexibilização do isolamento social – Programa Minas Consciente

Em resposta à afirmativa de que o Programa Minas Consciente induziu, em certa medida, a uma flexibilização social exagerada perante o cenário da pandemia, o secretário argumentou que a percepção de que a pandemia já teria passado é falsa e não deve ser propagada. Ressaltou, ainda, que o Minas Consciente prevê que a flexibilização ocorra em ondas, havendo regras muito claras para que cada região transite de uma onda para outra.

Reforçou também que é possível, em caso de agravamento da pandemia em determinada região, a sua regressão para ondas mais restritivas, com medidas de isolamento mais rígidas. Destacou, por último, que a capacidade dos hospitais no Estado se mantém pressionada e que, portanto, é necessário que sejam respeitados os protocolos de prevenção.

3) Continuidade do Bolsa Merenda e do Renda Minas em 2021

Questionado sobre a continuidade dos programas Bolsa Merenda e Renda Minas em 2021, no intuito de assegurar uma rede de proteção social para as famílias mais vulneráveis – sobretudo diante de um possível fim do auxílio emergencial federal em dezembro –, o gestor afirmou que o Renda Minas funciona como uma complementação do auxílio emergencial, bem como que é necessário encontrar alternativas para a situação, dentre as quais é possível se pensar na prorrogação dos programas. Reforçou, ainda, a necessidade de se buscarem novas fontes de financiamento para eles.

4) Cumprimento dos mínimos constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços de saúde e amparo e fomento à pesquisa

Perante a afirmativa de que o governo do Estado não está cumprindo os percentuais mínimos de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino e em ações e serviços de saúde – ambos previstos na Constituição da República – tampouco o percentual mínimo para amparo e fomento à pesquisa – previsto na Constituição do Estado –, o secretário garantiu que o governo cumpre as determinações constitucionais e que é necessário considerar o caráter atípico deste ano – no qual, por exemplo, as escolas estão fechadas, o que afeta a execução orçamentária em educação. Reforçou, ainda, que o orçamento é público e que está sempre à disposição para ser discutido e para que sejam prestadas contas a respeito dele.

5) Execução das emendas ao orçamento oriundas do processo de participação popular

Indagado a respeito da baixa taxa de execução, no ano de 2020, das emendas ao orçamento oriundas do processo de participação popular, o secretário firmou o compromisso de que tais emendas seriam quitadas até o final do exercício, ressalvadas impossibilidades técnicas para a execução dos objetos correspondentes (como, por exemplo, emendas para a realização de eventos que gerem aglomeração).

Acrescentou, ainda, que o pagamento das emendas populares está previsto para ocorrer junto com a quitação das emendas impositivas remanescentes. Lembrou que houve, durante parte do ano, restrições de execução decorrentes do pleito eleitoral, mas afirmou que o processo seria retomado no fim de ano.

Perguntada a opinião do secretário a respeito de tornar as emendas de participação popular impositivas, o secretário, em sua resposta, não se manifestou a respeito do questionamento.

6) Pagamento do 13º salário do funcionalismo público de Minas Gerais

Questionado acerca do pagamento integral da gratificação natalina para todo o funcionalismo público do Estado de Minas Gerais dentro do prazo legal, a autoridade assegurou que, conforme anúncio feito pelo governador, todos os servidores receberiam parcela de até R\$ 2 mil na data de 23/12, de modo que o grupo do funcionalismo cuja remuneração é igual ou inferior a esse valor – correspondente a 40% do total – faria jus ao seu 13º salário de forma integral dentro do exercício corrente.

Reconheceu, ainda, que o parcelamento do 13º salário é sim um descumprimento da norma vigente, mas apontou que essa é a realidade do Estado há anos, de modo que, infelizmente, conseguir pagar 40% dos servidores integralmente em 2020 é motivo para comemoração. Quanto ao pagamento das demais parcelas da gratificação natalina, destacou que o governo estava estudando alternativas e esperava poder divulgar um cronograma o mais rápido possível.

7) Acordo celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Mineira de Municípios – AMM

Diante de elogios em relação à presença do governo do Estado nos municípios e, sobretudo, ao cumprimento do acordo celebrado com a AMM, o secretário agradeceu as colocações, estendeu os elogios à equipe da Segov e reforçou a necessidade da união de todos para “virar o jogo” em Minas Gerais.

8) Marco regulatório para as *startups* em Minas Gerais

Indagado a respeito de proposição legislativa em tramitação referente ao marco regulatório das *startups* no Estado, o gestor colocou a equipe da Segov integralmente a disposição para discutir o assunto.

9) Programa Alô, Minas!

Em relação ao programa Alô, Minas!, destinado a levar telefonia móvel a localidades que não possuem cobertura, o gestor colocou a equipe da Segov integralmente a disposição para discutir o assunto.

10) Rodovias estaduais

Quanto a concessões de rodovias, o secretário colocou a equipe da Segov integralmente a disposição para discutir o assunto.

Já em relação ao projeto desenvolvido em São Sebastião do Paraíso para asfaltamento de estradas e rodovias a baixo custo e à possibilidade de estendê-lo para outras estados, sobretudo as rurais, afirmou que o governo faz questão de atender a todas as demandas dos deputados que visem trazer o bem para o Estado e que a aproximação entre o Executivo e a Assembleia foi fundamental para os resultados obtidos nas políticas públicas em 2020.

11) Senha de acesso da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG para acompanhamento dos monitorados por tornozeleira eletrônica

Sobre a crítica feita em relação à retirada, por parte da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), da senha de acesso da PMMG para acompanhamento dos monitorados por tornozeleira eletrônica, o gestor, em sua resposta, não se manifestou a respeito da questão.

12) Convocação dos aprovados excedentes em concursos vigentes na área de segurança pública

Demandado quanto à nomeação de candidatos aprovados como excedentes em concursos vigentes na área de segurança pública, o secretário argumentou que, apesar da reconhecida necessidade de servidores nessa área, seria quase um contrassenso nomear excedentes em um cenário no qual não é possível sequer pagar o 13º salário do funcionalismo em dia. Ressaltou, entretanto, que, diante das demandas mais urgentes, o governador decidiu que seriam convocados para a Polícia Civil um total de 152 escrivães e 65 delegados excedentes, metade em janeiro e a outra metade, em julho de 2021.

Já em relação aos concursos da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG –, destacou que há 515 novos soldados do CBMMG em treinamento no âmbito de curso de formação já iniciado e, quanto à PMMG, que a corporação acabou de formar 436 sargentos e já iniciou curso de formação para 952 novos soldados. Diante disso, o governador decidiu pelo encerramento dos concursos vigentes sem a convocação de novos excedentes. Pontuou o gestor, por fim, que, embora a segurança pública seja prioridade do governo, é necessário conciliar o atendimento das demandas existentes com a questão fiscal, que também é prioritária.

13) Relações federativas entre o Estado de Minas Gerais e a União

Foi objeto de discussão entre os parlamentares a postura do governador em relação ao governo federal, sobretudo no que diz respeito às questões fiscais. Houve, por um lado, argumentos no sentido de que essa postura tem sido de submissão, com prejuízos para a situação fiscal do Estado; e, por outro, afirmativas na linha de que o descaso do governo federal para com Minas Gerais vem de antes da atual gestão e que, portanto, os problemas de agora não podem ser atribuídos à postura do chefe do Poder Executivo.

O secretário defendeu a maneira pela qual o governador se relaciona com as autoridades federais, uma vez que a postura é de diálogo, e que as soluções para os problemas fiscais precisam ser construídas em conjunto. Destacou, por fim, que esse é um governo de boas intenções e que é necessária união de forças em prol de Minas Gerais, independentemente de coloração partidária.

14) Atuação do governo na região Leste do Estado

Diante do reconhecimento de que o governo tem apresentado uma boa atuação no Leste de Minas, o gestor ressaltou que Executivo está muito atento àquela região, especialmente em razão do recente aumento das taxas de transmissão do novo coronavírus.

Quanto à ocupação dos leitos de UTI na região Leste, o secretário asseverou que a taxa de ocupação está sendo monitorada e que será feito tudo o que estiver ao alcance do governo para atender as demandas locais.

15) Fortalecimento do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene

Questionado quanto à necessidade de se fortalecer o orçamento do Idene, de modo que o órgão possa cumprir melhor seu papel de promover o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do Estado, a autoridade reconheceu a importância do Idene e destacou que há interesse do governo em fortalecer o órgão, tanto do ponto de vista orçamentário quanto das políticas públicas por ele executadas.

16) Relação entre o governo e as representações sindicais dos servidores públicos

Indagado a propósito das dificuldades na relação entre o Executivo e as entidades sindicais representativas dos servidores públicos, como a indisponibilidade do governo para conversar com determinados sindicatos em razão de avaliações ideológicas, o secretário afirmou que o governo precisa discutir com todos os segmentos e negou a existência das práticas mencionadas no questionamento.

17) Relação entre o governo e as comunidades

Questionado sobre a ausência de relações democráticas entre o governo e as comunidades, em especial relativamente às decisões sobre as políticas públicas que as afetam, o secretário afirmou que a discussão sobre políticas públicas é sempre muito difícil, dada a multiplicidade de pontos de vista concorrentes. Não obstante, garantiu que o governo estadual tem toda a disposição de ouvir todos e dialogar com todos de maneira democrática. Ressaltou, por fim, que o governador gostaria de atender mais demandas, mas que infelizmente a condição do momento não permite, de modo que, no limite dessa condição, procura fazer o melhor para o Estado.

18) Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig

Inquirido sobre a dificuldade apresentada pela Cemig de atender às demandas de desenvolvimento energético do Estado – como, por exemplo, no processo de liberação de usinas fotovoltaicas para funcionamento na região Norte –, o gestor concordou que a companhia está em um momento delicado e

afirmou que o governo tem buscado as alternativas possíveis para solucionar as questões relacionadas à empresa. Segundo ele, o problema energético é, de fato, uma trava na criação de empregos e de renda no Estado e precisa ser encarado.

Perguntado se não seria melhor fortalecer a Cemig e corrigir seus problemas em vez de drenar os investimentos na empresa para criar a percepção de que ela deve ser vendida, o secretário avaliou que todos concordam que é necessária uma reformulação da Cemig. Disse que isso não se limita à hipótese de desestatização, motivo pelo qual é importante debater todas as propostas que possam contribuir para o aprimoramento da empresa.

19) Soluções para a crise fiscal do Estado de Minas Gerais

Questionado sobre qual é, de fato, a posição do governo em relação à crise fiscal, diante de medidas e propostas que parecem considerar como única solução para o problema a venda do patrimônio público, o secretário afirmou que é inquestionável a intenção do governador de trazer melhorias para o Estado e destacou que, nesse processo, governo e Assembleia são responsáveis por construir, em conjunto, soluções para os problemas de Minas Gerais.

Perguntado em relação à intenção do governo de aderir, nas condições atuais, ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e às outras alternativas em estudo para lidar com a crise fiscal, a autoridade ponderou que não há como fechar os olhos diante da grave situação fiscal do Estado e que, além da adesão ao RRF, já foram propostas pelo Executivo outras medidas. Destacou também que, atualmente, tramitam no Congresso Nacional proposições que visam atualizar o RRF e que, independentemente disso, o governo seguirá buscando alternativas, com foco no cidadão e na entrega de serviços públicos de qualidade. Garantiu, por fim que está aberto à discussão das possíveis soluções para o problema.

20) Lago de Furnas – PEC nº 52/2020

Demandado em relação ao apoio do governo para a aprovação da PEC nº 52/2020, que garante a observância de cota mínima na utilização da água proveniente do Lago de Furnas, o secretário, em sua resposta, não se manifestou a respeito disso.

21) Cessão de direitos creditórios referentes à exploração do nióbio

Indagado sobre a negociação com a União que está em curso no intuito de viabilizar a operação de cessão de direitos creditórios referentes à exploração do nióbio, o gestor, em sua resposta, não se manifestou a respeito disso.

22) Atração de novos investimentos para Minas Gerais

Inquirido acerca do volume de novos investimentos atraídos para Minas Gerais, o gestor, em sua resposta, não se manifestou a respeito desse tema. Entretanto, ressalta-se que, em sua exposição inicial, o secretário havia informado que, em 2019 e 2020, foram atraídos para a economia estadual R\$83,37 bilhões (oitenta e três bilhões trezentos e setenta milhões de reais) em investimentos.

23) Participação do Estado nas discussões nacionais sobre a reforma tributária

Questionado a respeito da participação do Estado nas discussões nacionais sobre a reforma tributária, o secretário, em sua resposta, não se manifestou a respeito do assunto.

24) Exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha

Perguntado sobre o que o governo pode fazer para fomentar a cadeia produtiva do lítio no Vale do Jequitinhonha, o gestor ressaltou a necessidade de se fomentar o desenvolvimento da região e reafirmou o compromisso de apresentar e colocar em prática um plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

COMPROMISSOS

Compromissos do secretário

- 1) Quitar, até o final do exercício, as emendas ao orçamento de 2020 oriundas do processo de participação popular que ainda não tenham sido pagas, ressalvadas impossibilidades técnicas para a execução dos objetos correspondentes.
- 2) Apresentar e colocar em prática um plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.

REQUERIMENTOS

RQC nº 7.886/2020 (convertido no **RQN nº 7.047/2020**) – Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam adotadas, pelo governo, as medidas necessárias para dar continuidade ao benefício Bolsa Merenda e ao programa Renda Minas em 2021, visando a minimizar a situação das famílias mineiras em extrema pobreza, uma vez que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade agravada pela pandemia de Covid-19. **Autoria:** deputada Ana Paula Siqueira.

RQC nº 7.887/2020 (convertido no **RQN nº 7.048/2020**) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja assegurado o repasse de recursos orçamentários referentes ao percentual mínimo previsto para as áreas da saúde e educação no ano de 2020, em atendimento ao disposto na Constituição da República. **Autoria:** deputada Beatriz Cerqueira e deputado Doutor Jean Freire.

RQC nº 7.888/2020 (convertido no **RQN nº 7.049/2020**) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja priorizada a execução das emendas à Lei Orçamentária Anual de 2020 originadas de sugestão popular – IPU 4 – e dado o adequado encaminhamento à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag. **Autoria:** deputado Doutor Jean Freire e deputada Beatriz Cerqueira.

RQC nº 7.889/2020 (convertido no **RQN nº 7.050/2020**) – Requerem seja encaminhado à Secretaria de

Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja assegurado o repasse de recursos orçamentários referente ao percentual mínimo previsto para a Fapemig no ano de 2020, em atendimento ao disposto na Constituição do Estado.

Autoria: deputada Beatriz Cerqueira e deputado Doutor Jean Freire.

RQC nº 7.890/2020 (convertido no **RQN nº 7.051/2020**) – Requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja efetuado, no prazo legal, o pagamento da totalidade do 13º salário a todo o funcionalismo público de Minas Gerais, quitando, assim, integralmente, aos servidores públicos, civis e militares, a devida gratificação natalina. **Autoria:** deputado Sargento Rodrigues.

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2020.